

ESTUDO TÉCNICO

N.º 17/2012

Principais resultados da PNAD 2011
potencialmente relacionados às ações e
programas do MDS

MDS

SAGI

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS BLOCO A SALA 323

CEP 70054-960 BRASÍLIA DF TEL. 61 3433 1501

Estudo Técnico

No. 17/2012

Principais resultados da PNAD 2011 potencialmente relacionados às ações e programas do MDS

Equipe técnica

Enrico Martignoni

Rafael Barreto

Revisão

Paulo Jannuzzi

Estudos Técnicos SAGI é uma publicação da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) criada para sistematizar notas técnicas, estudos exploratórios, produtos e manuais técnicos, relatórios de consultoria e reflexões analíticas produzidas na secretaria, que tratam de temas de interesse específico do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para subsidiar, direta ou indiretamente, o ciclo de diagnóstico, formulação, monitoramento e avaliação das suas políticas, programas e ações.

O principal público a que se destinam os Estudos são os técnicos e gestores das políticas e programas do MDS na esfera federal, estadual e municipal. Nesta perspectiva, são textos técnico-científicos aplicados com escopo e dimensão adequados à sua apropriação ao Ciclo de Políticas, caracterizando-se pela objetividade, foco específico e tempestividade de sua produção.

Futuramente, podem vir a se transformar em artigos para publicação nos Cadernos de Estudos, Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação (RBMA) ou outra revista técnica-científica, para alcançar públicos mais abrangentes.

Palavras-chave: *Conjuntura social; PNAD; Tendências socioeconômicas*

Unidade Responsável

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

Esplanada dos Ministérios | Bloco A | Sala 307

CEP: 70.054-906 Brasília | DF

Fone: 61 3433-1501 | Fax: 3433-1529

www.mds.gov.br/sagi

Secretário de Avaliação e Gestão da Informação

Paulo de Martino Jannuzzi

Secretária Adjunta

Paula Montagner

Apresentação

Este documento tem o objetivo de apresentar os principais achados da primeira exposição de resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD de 2011, identificando os pontos de interesse temático do MDS.

1. Temática central tratada

Todo ano, com exceção dos momentos censitários, o IBGE realiza a PNAD, que é uma pesquisa que abarca as características gerais da população, educação, trabalho, rendimento e habitação e outras.

Os resultados são divulgados, em geral, em setembro do ano seguinte.

De modo geral, os dados da PNAD 2011 se coadunam com os resultados do Censo Demográfico de 2010, no sentido de indicarem avanços sociais expressivos em várias dimensões, sobretudo no Nordeste.

No concernente ao escopo de atuação do MDS, vale citar o aumento da renda real dos trabalhadores, especialmente dentre aqueles de menor renda; aumento da formalização com carteira assinada e de registros por conta própria; redução da desigualdade da renda domiciliar e do trabalho; bem como uma manutenção da queda na incidência de trabalho infantil, como já sinalizavam as PNADs anteriores.

Na análise dos resultados a seguir, cabe ressaltar que tendências apontadas para a região Norte devem ser interpretadas com alguma cautela. Há problemas de representatividade e compatibilidade metodológica das PNADs de 2004 a 2009 com a edição de 2011, em função do plano amostral anterior da pesquisa – desenhado em 2001 – não ter sido formulado originalmente para abarcar a zona rural da região Norte. Em 2004, fez-se adaptação *ad hoc* para incorporação da área rural da citada região.

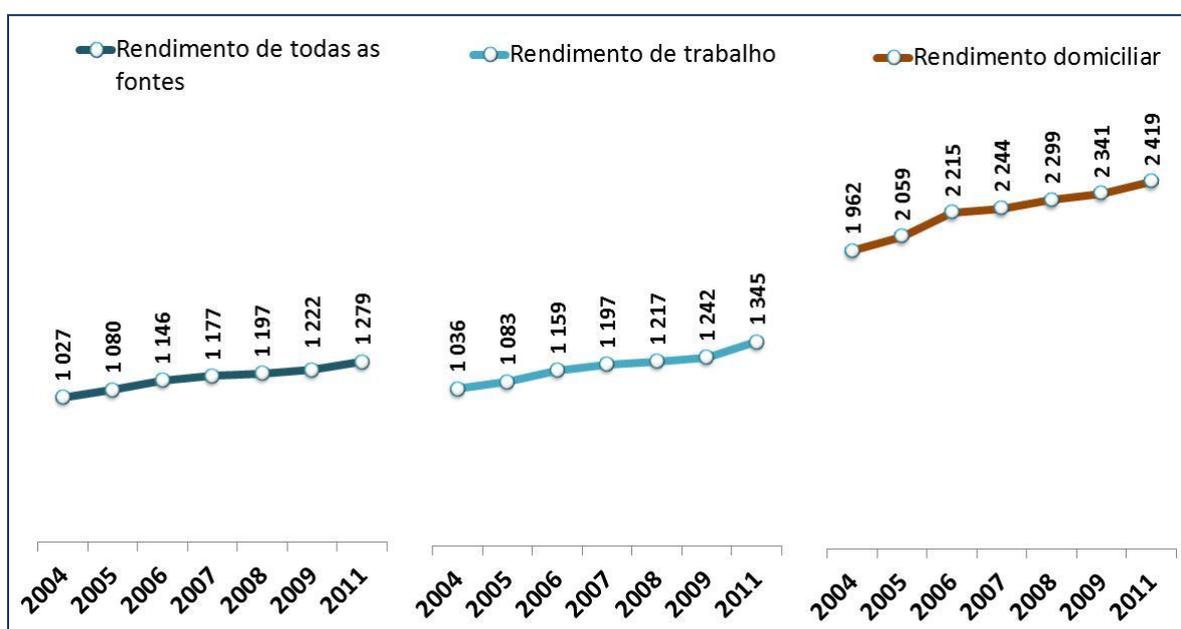
2. Rendimentos

Os resultados da PNADs entre 2004 e 2011 mostraram que os rendimentos de todas as fontes, do trabalho e domiciliar cresceram continuamente em todo esse período. O crescimento dos rendimentos de todas as fontes passou de R\$ 1.027 para R\$

1.279, o que representou um crescimento real entre 2004 e 2011 de 24,5%. O rendimento domiciliar no mesmo período cresceu um pouco menos, ou 23,3%, registrando em 2011 uma média de R\$ 2.419.

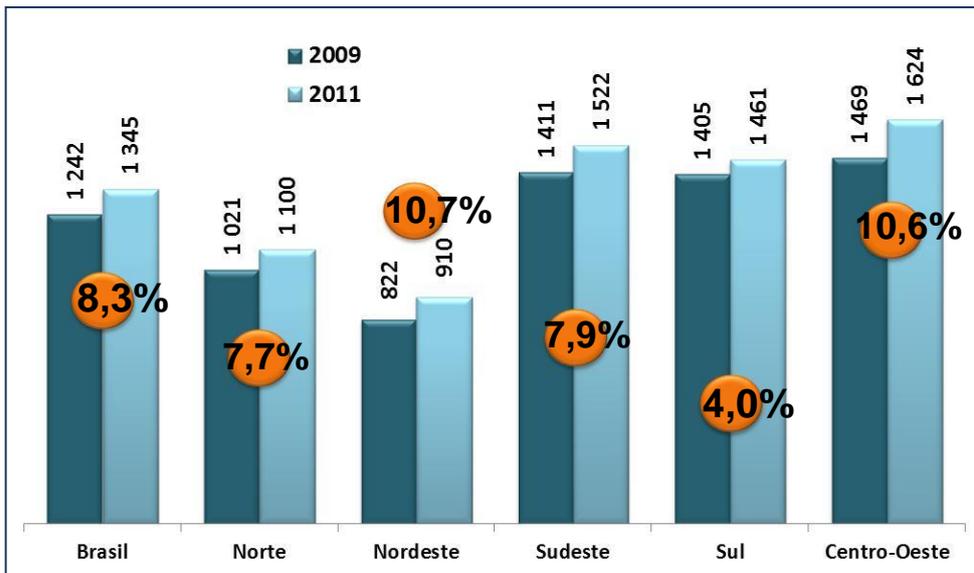
Neste período de oito anos, o dado que se sobressaiu foi o aumento real acumulado de 29,8% do rendimento do trabalho, que aumentou de R\$ 1.036 em 2004 para R\$ 1.345 em 2011. Ressalte-se que, entre 2009 e 2011, o aumento foi de 8,3%, o maior registrado para todos os tipos de rendimentos apresentados.

Evolução do Rendimento Médio Mensal Real (R\$) – Brasil



Entre as Grandes Regiões, os maiores crescimentos do rendimento médio real de trabalho foram registrados no Nordeste (10,7%), Centro-Oeste (10,6%) e Sudeste (7,9%). Por outro lado, a elevação foi mais modesta no Norte (7,7%) e no Sul (4,0%). Apesar do avanço do Nordeste em termos de rendimento do trabalho, entre 2004 e 2011 a diferença de rendimento entre o Centro-Oeste, a região com o maior nível de rendimento, e o Nordeste, a de menor nível, não se reduziu.

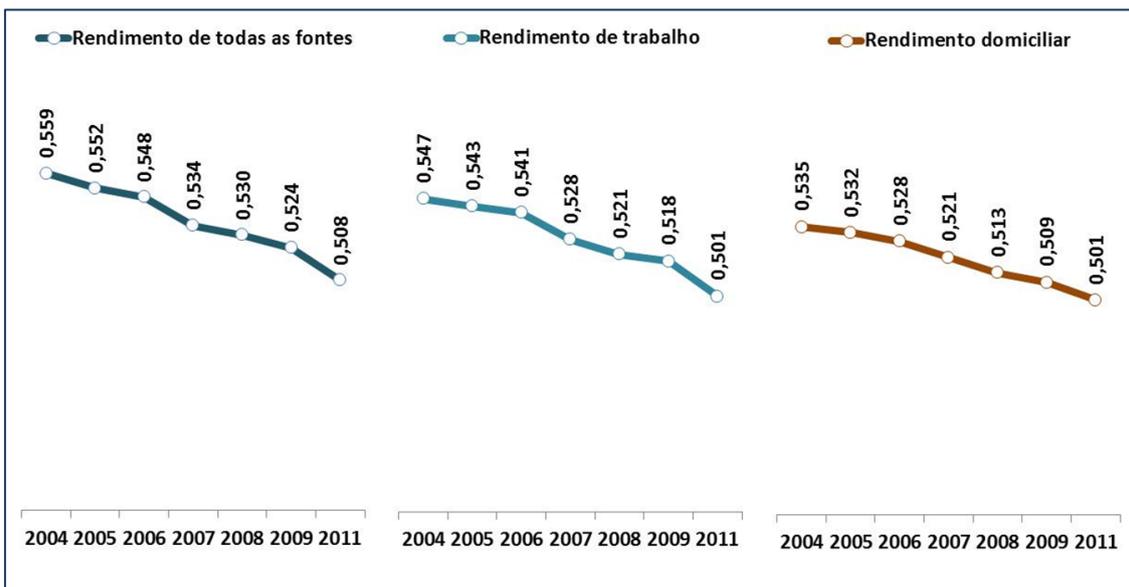
Rendimento Médio Mensal Real de Trabalho (R\$) – Brasil e Grandes Regiões



3. Desigualdade

Observou-se uma expressiva redução da desigualdade dos três tipos de rendimentos analisados, medida pelo Índice de Gini. À guisa de ilustração, para o rendimento de trabalho o índice passou de 0,547 em 2004 para 0,501 em 2011.

Índice de Gini para os rendimentos de trabalho, todas as fontes e domiciliar – Brasil



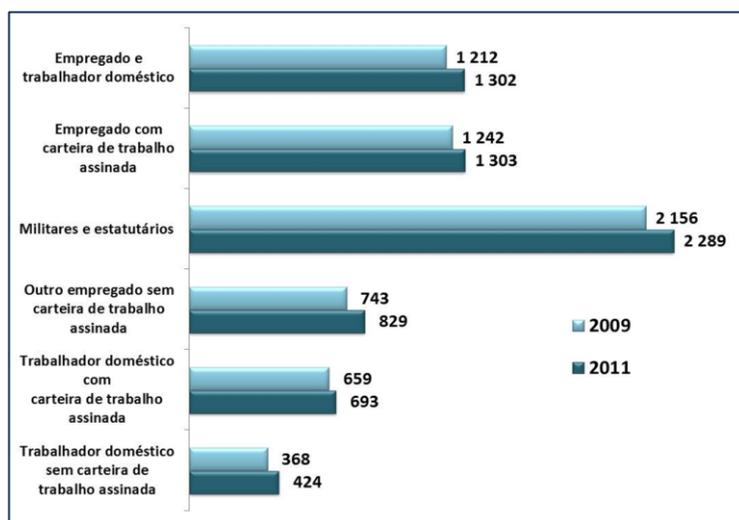
Essa redução da desigualdade também pode ser aferida pela evolução dos rendimentos de trabalho por faixa de rendimentos, cujo maior aumento (29,2%) foi observado nos 10% da população com rendimentos mais baixos. De forma geral, houve redução no crescimento do rendimento à medida que seu valor aumentava.

Entre 2009 e 2011, a queda do Gini foi bem intensa em todas as Grandes Regiões. Na Região Norte, contudo, verificou-se um ligeiro aumento dos níveis de concentração, em decorrência de ter sido a única região onde o maior aumento de rendimentos foi verificado dentre os 5% da população regional de maior renda.

4. Mercado de Trabalho

Entre 2009 e 2011 o rendimento médio real do trabalho cresceu em todas as categorias. Aquelas que apresentaram maior crescimento do rendimento caracterizavam-se pelos patamares iniciais mais baixos de renda e por não possuírem carteira assinada; como observado entre os trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada, que revelou um crescimento de 15,2%.

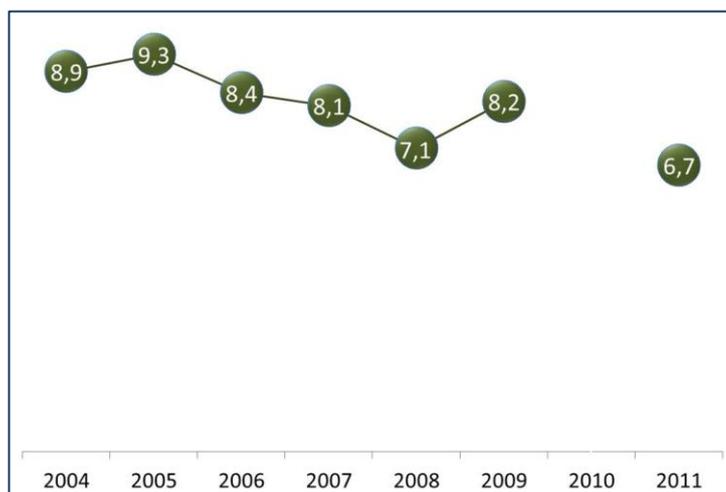
Evolução rendimento do trabalho por categoria – Brasil



Entre aqueles com carteira assinada, funcionários públicos apresentaram crescimento de 6,2%, trabalhador doméstico, 5,2% e empregado com ampliação de 4,9%.

Outro indicador relevante é a taxa de desocupação, que caía desde 2005, interrompe essa redução em 2009, em decorrência da crise dos “subprimes” nos EUA em 2008, e retoma a trajetória de queda em 2011, com a menor taxa entre 2004/2011.

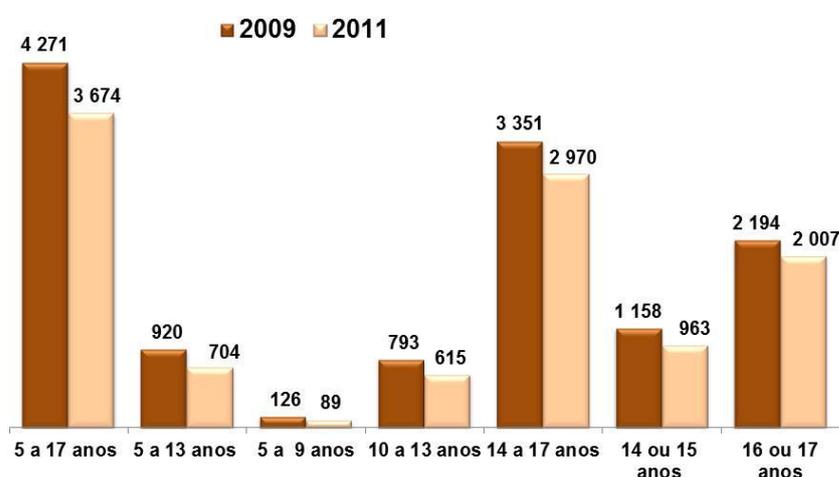
Evolução da taxa de desocupação – Brasil



5. Trabalho Infantil

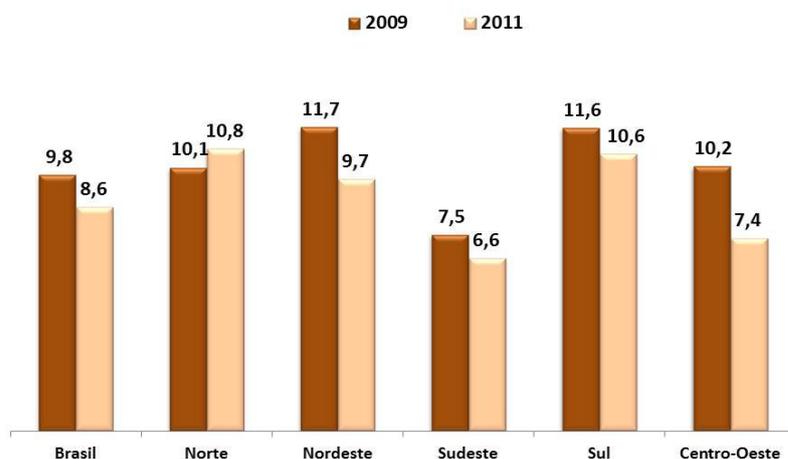
Ao todo, cerca de 597 mil crianças deixaram a atividade laboral no Brasil quando se coteja os dados de 2009 com 2010. A população ocupada na faixa de 5 a 17 anos caiu 14% entre 2009 e 2011. A análise por faixa etária mostrou que o grupo de 5 a 9 anos apresentou a maior redução, da ordem de 29,6%. O grupo de 16 a 17 anos apresentou uma queda de 8,5% e, em números absolutos, o grupo de 14 a 15 anos foi o que mais deixou de ter crianças ocupadas, com 381 mil crianças retiradas do trabalho.

Quantitativo de crianças/jovens em situação de trabalho, por faixa etária – Brasil



Entre 2009 e 2011, o nível de ocupação da população de 5 a 17 anos caiu de 9,8% em 2009 para 8,6% em 2011. O Centro-Oeste e o Nordeste foram as regiões com maior declínio em pontos percentuais, 2,8p.p. e 2,0p.p, respectivamente.

Crianças/jovens de 5 a 17 anos em situação de trabalho – Brasil/Grandes Regiões



6. Alfabetização

No período de 2009 a 2011, verificou-se também progressos no âmbito da educação, com redução da taxa de analfabetismo dos indivíduos com mais de 15 anos de 9,7% para 8,6% da população. Dentre os analfabetos, a grande maioria é formada por pessoas com mais de 25 anos (96,1%), e os brasileiros com idade superior a 50 anos correspondem a mais de 60% dentre os analfabetos com 15 anos ou mais.

Total de analfabetos acima de 15, 25 e 50 anos de idade – Brasil

